

APRESENTAÇÃO

Prezado(a) leitor(a),

O Dossiê “Educação Inclusiva” é fruto de estudos e pesquisas realizados por diversos professores que se dedicam à reflexão, à discussão e a proposições numa perspectiva de educação inclusiva da pessoa com deficiência e dificuldades no processo de aprendizagem. Os artigos intencionam apresentar com criticidade os desafios postos para a nossa sociedade, bem como as possibilidades de educação e percepção do sujeito que aprende numa perspectiva não excludente.

O dossiê é constituído por seis artigos. O primeiro, “Alunos surdos com implante coclear: inclusão, desenvolvimento e aprendizagem”, de Celeste Azulay Kelman, apresenta uma pesquisa realizada com crianças com implante coclear matriculadas em escolas de ensino fundamental da rede pública municipal do Rio de Janeiro com o objetivo de compreender e analisar como ocorrem os processos de desenvolvimento psicossociolinguístico e de aprendizagem dessas crianças. O percurso da pesquisa evidencia informações relevantes à temática que elucidam o leitor a respeito da complexidade dos processos de desenvolvimento e aprendizagem de alunos surdos com implante coclear, uma vez que é considerável a falta de informações sobre esse assunto por parte de professores e outros profissionais que compõem equipes pedagógicas. Segundo a autora, há necessidade de haver diálogo entre os profissionais da saúde e educação de maneira que sejam realizadas orientações contributivas para pais e professores sobre o aprendizado da língua de sinais e portuguesa para o maior benefício do aluno com implante coclear.

No segundo artigo, “Desmascarando dificuldades de aprendizagem: o papel social da escola para uma educação não excludente”, Patrícia L.M. Pederiva e Stefany C.M. Silva trazem uma análise crítica sobre o que se problematiza como dificuldades de aprendizagem e que hoje fazem parte do cotidiano da comunidade escolar. As autoras analisam de forma contundente o que os rótulos têm causado na vida de pessoas com algum tipo de deficiência e discutem como o professor pode trabalhar as potencialidades dos educandos tendo em vista o seu desenvolvimento integral. Tomam como referencial teórico as proposições de Vigotski e apresentam resultados de estudos e pesquisas realizados em uma escola da rede pública de Brasília. O artigo convida o leitor a repensar e a resgatar nossos alunos como pessoas com possibilidades de aprendizagem, sem a supervalorização das dificuldades que os condenam a um possível mau êxito.

As autoras Viviane N. Legnani e Josy B.G.R. Pereira apresentam o artigo intitulado “Concepções dos professores sobre a medicalização no contexto escolar”. Nesse terceiro artigo encontramos uma reflexão crítica sobre a construção diagnóstica do Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade – TDAH, demonstrando que em torno de divergentes concepções sobre o ideário de inclusão instaura-se a controvérsia sobre a eficácia da medicalização no contexto escolar. O texto é fruto de pesquisa realizada com professores da Educação Básica para a identificação sobre como estes concebem tais questões. Os resultados indicam que os professores acatam em sua maioria o discurso médico sobre o TDAH, mesmo percebendo no dia a dia a presença dos efeitos colaterais preocupantes dos medicamentos. Evidencia-se nesse artigo a importância da continuidade de novas pesquisas sobre os efeitos dos medicamentos no processo de aprendizagem das crianças para verificar seus efeitos nos campos da linguagem, do pensamento e da memória.

Rogério Drago, no quarto artigo deste dossiê, contempla a “Inclusão escolar e o projeto político pedagógico no contexto do ensino fundamental”, trazendo importante discussão sobre as relações entre a construção democrática do projeto político pedagógico e o processo inclusivo de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação regularmente matriculados nos anos iniciais do ensino fundamental nas escolas comuns. O autor parte do entendimento de que o projeto político pedagógico da escola não é algo que deve ser imposto de modo verticalizado, mas sim construído dialeticamente com os sujeitos da comunidade escolar. Em relação à inclusão de pessoas com deficiência na escola comum e à garantia de atendimento

educacional especializado a tal público nessa etapa da educação básica, o artigo revela que esse processo pode ser vislumbrado como algo que deve ser entendido como maneira de valorizar as diferenças individuais próprias do ser humano e como mola propulsora para a democratização do acesso (e permanência desses alunos) com qualidade aos conhecimentos social e historicamente construídos.

O quinto artigo, escrito por Sílvia Ester Orrú e Virgínia Silva, tem como título “A escola e a maré iatrogênica do diagnóstico no trabalho junto a estudantes com autismo”. O artigo traz a discussão sobre a supervalorização do diagnóstico médico que se apresenta como um instrumento iatrogênico em detrimento da percepção do estudante com autismo como pessoa humana com possibilidades de aprendizagem. As autoras discutem a necessidade de a escola compreender a hostilidade dos fatores iatrogênicos presentes na escola e a se posicionarem contrárias a essa realidade presente em nossos dias, problematizando as concepções que orientam práticas pedagógicas baseadas na crença absoluta no olhar médico e compreendendo que aquele que recebe o diagnóstico de autismo é um estudante, um sujeito aprendente com suas singularidades.

O artigo “A construção da educação inclusiva no Brasil como perspectiva de política pública”, das autoras Sonia A. Siquelli e Carla H. Fernandes, descreve e reflete sobre as políticas públicas para a área materializadas em legislações e documentos oficiais voltados a fazer valer o direito legal desses alunos à escolarização. Com base na análise teórica foram discutidas de maneira crítica e fundamentadas na legislação nacional e em documentos internacionais a instituição da responsabilidade do atendimento a esses alunos e o valor da inclusão social que perpassa e fundamenta a inclusão escolar. As autoras apontam para a necessidade de que os envolvidos nessa construção se apropriem desses documentos, tendo clareza quanto às políticas educacionais que subjazem a eles, em especial quanto à que concepção de inclusão se referem. Assim, a discussão sobre o educacional e o pedagógico precisa, nesse caso, ser inserida em reflexões mais amplas que envolvam o social, o político e também o econômico.

Por fim, por intermédio das colaborações de cada um dos autores, espero que o Dossiê “Educação Inclusiva” traga contribuições a respeito dos processos de inclusão, bem como dos mecanismos de exclusão existentes em nossa sociedade, e principalmente sobre as singularidades presentes nos alunos com deficiência e dificuldades, além da percepção fundamental de que todos são sujeitos aprendentes.

A todos uma boa leitura!

Sílvia Ester Orrú

Universidade de Brasília
Faculdade de Educação

Brasília, dezembro de 2014.